

**ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS RESULTADOS DIVULGADOS DAS
ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA: edições do SAEB de
2015 a 2019, na etapa dos anos finais do ensino fundamental**

Marilei Teresinha Cesco*

RESUMO

No contexto educacional catarinense, o referido trabalho tem por objetivo refletir sobre o desempenho das escolas, no tocante à divulgação de resultados, nas edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) dos anos de 2015, 2017 e 2019, para os anos finais do ensino fundamental. As referidas edições foram escolhidas para este trabalho, devido às repercussões que a divulgação de resultados representa no cotidiano da escola e nas informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); considerando que as edições supracitadas tiveram alterações nos seus critérios de publicação estabelecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), conforme as respectivas portarias. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre os temas que relacionam desempenho de escolas na referida avaliação de larga escala, considerando os aspectos que incluem o papel do gestor, o planejamento escolar e como esses aspectos se inter-relacionam no tocante ao SAEB e aos resultados divulgados das escolas que atenderam aos critérios para tal. Foram analisadas as informações do banco de dados do INEP, apresentando, por meio das informações do IDEB, os números da rede de ensino do estado de Santa Catarina, comparados às informações, em números totais, do desempenho da rede de ensino do estado do Brasil, no que se refere ao SAEB. Considerou-se que os aspectos contextuais, juntamente com as mudanças de critérios por parte do INEP, impactaram os resultados obtidos pelas escolas da rede estadual de Santa Catarina, nas três edições, a despeito de orientações assumidas por setores competentes.

Palavras-chave: SAEB. Critérios de Divulgação dos Resultados. Avaliação de larga escala.

1 INTRODUÇÃO

Durante os períodos de divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), particularmente nos últimos anos, uma parcela de escolas da rede estadual de Santa Catarina não tem os resultados apresentados no boletim oficial, como também não têm os resultados disponibilizados junto aos microdados fornecidos pelo painel geral de desempenho, mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Há, portanto, uma lacuna entre a aplicação e o fato de a escola atender, ou não, aos critérios estabelecidos pelo instituto, demandando uma investigação mais profunda sobre os fatores contextuais envolvidos, considerando a figura do próprio gestor escolar e sua compreensão da importância da avaliação de larga escala na perspectiva do seu cotidiano escolar.

Considerando a posição técnica privilegiada da equipe da Secretaria de Estado da Educação (SED), em relação ao campo da avaliação, o presente trabalho se justifica em razão da repercussão observada junto aos gestores escolares e à comunidade escolar,

* Formada em Pedagogia Orientação Educacional, iniciou sua carreira no Magistério Público no ano de 1990. Atua como Técnica da Secretaria de Estado da Educação, desde o ano de 2002. Em 2014, passou a desenvolver atividades na Gerência de Avaliação da Educação Básica e Estatísticas, em que está à frente das avaliações de larga escala. E-mail: mcesco@sed.sc.gov.br

face aos vários avanços e aperfeiçoamentos nas aplicações do SAEB, e os relatórios fornecidos pelo INEP.

Para a aplicação do SAEB, é preciso uma logística e coordenação de ampla abrangência e que, portanto, envolvem custos e verbas empregadas. As escolas que participam dessa avaliação, além de terem o seu resultado individual do IDEB, também possuem acesso ao seu boletim, com os percentuais de alunos por nível na escala de proficiência, indicadores do censo escolar - como taxa de aprovação, reprovação, distorção série *versus* idade, taxa de abandono etc. As escolas recebem os resultados dos questionários respondidos pelos professores das disciplinas avaliadas, gestores, alunos e o questionário da escola como um todo, na forma de indicadores contextuais: complexidade de gestão, regularidade docente, adequação docente, nível socioeconômico dos alunos, entre outros que são indicadores para os gestores contextualizarem em relação aos resultados do desempenho da escola.

Para a escola ter os resultados divulgados, o INEP criou critérios mencionados a seguir. Os critérios de divulgação visam a promover uma participação significativa por parte da escola, em relação à população avaliada. Tais critérios baseiam-se nos dados alimentados pela escola no Censo Escolar do ano da aplicação das avaliações e envolvem o objetivo principal do INEP, que é obter dados fidedignos sobre a realidade das instituições de ensino.

No campo científico-educacional, identificar e estudar os elementos envolvidos na dinâmica reflexão-ação dos gestores públicos e escolares, frente à publicação dos resultados do SAEB, faz-se imprescindível no que tange a propor estratégias e intervenções mais assertivas para a realidade escolar. A temática é explorada por autores e cientistas educacionais, os quais elegem a iniciativa do gestor como foco principal de seu estudo. De acordo com Alavarse (2013), Bonamino e Sousa (2012), Freitas (2013), Oliveira e Waldhelm (2016), o posicionamento dos gestores é comprovadamente um fator diferencial no uso adequado dos resultados das avaliações de larga escala.

Para que os educadores avancem, no tocante aos aspectos pedagógicos, e em termos de planejamento escolar, é preciso que os resultados divulgados das avaliações de larga escala sejam compreendidos. Afinal, em última instância, a verificação do panorama geral do desenvolvimento e da aprendizagem consiste em uma das premissas do SAEB.

No entanto, devido à falta de compreensão dos dados apresentados, parece que os resultados estatísticos permanecem cada vez mais distanciados da realidade cotidiana da escola. Um desafio difícil de ser transposto e que requer investimento maior, por parte das políticas públicas. Da mesma maneira, permanece o problema da falta de compreensão sobre os critérios de divulgação – e/ou os fatores contextuais que impedem a escola de atender aos critérios de divulgação. Nesse sentido, são elementos que merecem uma atenção diferenciada, como é proposto no decorrer deste trabalho. Sem os resultados, as escolas não obtêm indicadores, os quais são valiosas ferramentas para um planejamento assertivo.

A SED promoveu ações para que os gestores das escolas estaduais se apropriassem dos conhecimentos relativos às questões das avaliações de larga escala, e especificamente no que diz respeito ao SAEB, sobre a importância de as escolas seguirem os critérios estabelecidos pelo INEP para terem os resultados divulgados. A primeira ação foi a publicação de orientações referentes às contribuições das avaliações de larga escala para o processo de ensino e aprendizagem, no ano de 2014; contendo as avaliações nacionais e internacionais existentes, os exames ENCCEJA e o ENEM e um pequeno ensaio sobre como o gestor pode fazer uso dos resultados para o planejamento escolar.

Em 2015, foi publicada uma nova edição online sobre o acervo de indicadores. Tratou-se de uma revisão dos indicadores construídos nos 10 anos precedentes, com o objetivo de situar o gestor na série histórica. No ano seguinte, ocorreu capacitação junto aos gestores sobre a importância das avaliações e de a escola ter os resultados divulgados para fazer uso na sua gestão. Em 2017, iniciou-se a produção de outros materiais de apoio, com foco em apontar a utilização dos indicadores no planejamento da escola. No ano de 2018, houve uma mudança na gestão da SED, e o setor da avaliação foi transferido para outra diretoria. Contudo, com a mudança de governo e da gestão, a pasta das avaliações de larga escala voltou para a Diretoria de Políticas e Planejamento na Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas. Em 2019, as ações de planejamento foram resgatadas; ocorreu a aplicação do SAEB; e, em 2020, obtiveram-se os resultados. A pandemia limitou a atuação das instituições, como também a formação continuada aos gestores sobre as avaliações de larga escala.

Para a SED, é muito importante que as escolas tenham os resultados divulgados, o que indica elementos de discussão sobre os fatores contextuais envolvidos, ao longo das edições, no cumprimento dos critérios para divulgação, ou seja, a responsabilidade em cumprir os critérios estabelecidos pelo INEP.

Diante do contexto, as Portarias do INEP, referentes aos critérios do SAEB nortearam a análise preliminar, em relação aos critérios da divulgação e ao número de escolas estaduais participantes da prova do SAEB, as quais tiveram os resultados divulgados nas edições dos anos de 2015, 2017 e 2019, nos anos finais do ensino fundamental. Esse estudo pretende levantar pontos necessários à adequação das orientações dadas aos gestores escolares, frente ao número de escolas com divulgação de resultados. Pretende-se, com isto, ponderar sobre o número de escolas que tiveram os resultados divulgados nas referidas edições da avaliação, com vistas a elaborar reflexões em relação às políticas públicas educacionais voltadas à compreensão da importância de se ter os resultados divulgados.

Para tanto, foram utilizados como fonte de informações os microdados fornecidos pelo INEP, que representam o nível mais específico de desambiguação¹, ou desagregação de dados, constantes nos bancos destinados a tais compilações. Dados estes coletados por meio de pesquisas, resultados de exames e/ou avaliações. São importantes ferramentas para os gestores que almejam analisar questões mais direcionadas para a sua necessidade, pois permitem desagregar dados e, com o auxílio de programas de análises estatísticas, fazer cruzamentos entre informações pertinentes ao seu estudo.

Os microdados destinados a este artigo encontram-se disponibilizados pelo INEP nos *links* fornecidos pela instituição; e foram filtrados e importados da ferramenta *Excel Microsoft*, com seus suplementos *Power Pivot* e *Power Query*. Os critérios para consulta foram: 80% de participação das escolas na etapa avaliada, para as edições de 2015, 2017 e 2019. Além dos 80% de participação na etapa avaliada, nas edições de 2017 e 2019, a escola deveria ter no mínimo 10 anos por sala, no dia da avaliação. As informações foram relacionadas por cômputo geral e divididas entre os cenários regionais, considerando as particularidades das seccionais da Secretaria de Estado da Educação, nas referidas áreas de abrangência.

A partir da análise, discorre-se sobre o número de escolas com resultados, seus percentuais por edição e, assim, comparam-se as edições do SAEB, os avanços e quedas dos percentuais, relacionados ao quantitativo de escolas com resultados divulgados. Pretende-se, por meio dos dados estatísticos disponíveis, refletir sobre os possíveis

¹ Ação ou processo de retirar a ambiguidade de uma estrutura, seja conceitual, linguística etc, delimitando os sentidos específicos. Disponível em: <www.dicio.com.br/desambiguacao>. Acesso em: 01 fev. 2021.

fatores contextuais que contribuíram, e/ou influenciaram a divulgação dos resultados das edições, no estado.

O panorama geral do estado e as mudanças na série histórica do SAEB; tratando ainda de sua importância e da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como indicador para a oferta de um ensino de qualidade, conforme é descrito em **Um breve retrospecto do SAEB no Brasil e em Santa Catarina**, no qual se ilustram, por meio de tabelas, as informações pertinentes ao estudo, em cada edição do IDEB, referente à série histórica da rede estadual do estado e do Brasil, com uma breve análise do comparativo entre as duas redes. Já no item **Análise dos dados de aplicação do SAEB: edições de 2015, 2017 e 2019**, são feitas ponderações sobre as aplicações e repercussões das mesmas, comentando os dados que foram disponibilizados em forma de tabela. Tais dados são comparados às ações da SED à época das aplicações, considerando as mudanças de critérios tanto de participação, quanto de divulgação - com seus respectivos resultados e percentuais. Desta forma, discorre-se sobre o número de escolas que tiveram os resultados divulgados - representados em percentuais.

Na terceira seção, reservada à conclusão, observou-se o comportamento da rede estadual nas edições analisadas, conjecturando algumas hipóteses envolvidas nos resultados obtidos. Ressaltou-se a importância de monitoramento dos fatores contextuais à luz de bibliografia pesquisada, frente aos dados apresentados. Assim, por meio da análise da série histórica das aplicações do SAEB, no estado, foram sugeridas questões para que a SED reveja e desenvolva ações junto à rede estadual de ensino.

2 AS EDIÇÕES DO SAEB DE 2015 A 2019 EM SANTA CATARINA

A seção 2.1, as Edições do SAEB de 2015 a 2019 no Brasil e em Santa Catarina, aborda as alterações ocorridas a partir dos anos de 1980, em seus aspectos nacionais. Santa Catarina passou a ter sua trajetória de história, em relação ao SAEB, em 2007, período em que se deu a criação do IDEB. No entanto, o estado participa das avaliações desde 1995, conforme se observou na tabela 1, o número de escolas participantes por rede de ensino até o ano 2017.

Já na seção 2.2, análise dos dados de aplicação do SAEB: edições de 2015, 2017 e 2019, a amostra de escolas com resultados divulgados, por edição, suscitou ponderações em virtude de alterações ocorridas nos critérios de divulgação de resultados, ao longo dessas edições. Discorre-se sobre as influências nos resultados, inclusive, as mudanças de gestão ocorridas em âmbito estadual. Foram destacadas ponderações sobre a necessidade de se averiguar os aspectos envolvidos para que as escolas não tenham cumprido os critérios para a divulgação de seus resultados, nas edições supracitadas, e a importância para que o faça.

2.1 UM BREVE RETROSPECTO DO SAEB NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

A partir da década de 1980, as avaliações de larga escala, no Brasil, passaram a ter dimensões específicas, por um lado, e abrangentes, por outro, conforme o retrospecto histórico efetuado por Freitas (2013). A educação básica brasileira bem como as avaliações de larga escala voltadas à aferição da qualidade educacional brasileira foram marcadas pelo cenário político e administrativo vigentes. A correlação entre o aprimoramento dos instrumentos e sua aplicação, com os aspectos de gestão inerentes ao processo avaliativo, interagiu progressiva e diretamente com a formulação de políticas públicas. Tendo em vista este cenário e a análise privilegiada de documentos oficiais (FREITAS, 2013, p. 71), torna-se evidenciada a organização estratificada do

amplo aparato da avaliação voltado à educação básica. Nesse sentido, a implantação do SAEB e demais avaliações figurantes no cenário nacional, e suas posições junto ao IDEB, sofreram modificações cujos critérios denotam os esforços para obtenção de resultados equânimes e fiéis à realidade escolar.

No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), é o formulador e coordenador das avaliações em larga escala nacionais; bem como é o responsável por coordenar as avaliações internacionais, em território brasileiro. O Instituto tem por objetivo fomentar as diretrizes educacionais, as informações estatísticas de estudo e a proposição de ações voltadas ao aprimoramento do sistema educacional brasileiro como um todo. Assim sendo, o INEP mantém um banco de dados oriundo das atividades de levantamentos estatísticos de avaliações de todas as modalidades de ensino brasileiro; organizando e normatizando a aplicação das avaliações e a análise de seus resultados.

Conforme Brooke *et al.* (2015 p. 85-92), em 1988, o INEP desenvolveu um projeto piloto de avaliação, que foi chamado de Sistema de Avaliação Pública (SAEP). Essa avaliação foi aplicada apenas nos estados do Pará e do Rio Grande do Norte. Não apresentou aspectos significativos, mas levantou evidências sobre a necessidade de se criar um Sistema de Avaliação da Educação Básica, ao qual convencionou chamar de SAEB. A partir de 1990, o INEP ampliou esta avaliação para 25 estados, com a aplicação de testes aos estudantes da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries. De acordo com os autores (BROOKE *et al.*, 2015), em 1993, o INEP atingiu as 27 unidades federativas e um número significativo de estudantes. O investimento no SAEB objetivou o aprimoramento dos instrumentos para averiguar o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema educacional.

Em 1995, foram realizadas reformulações no SAEB. A principal delas foi a adoção, pelo INEP, da Teoria de Resposta ao Item (TRI) como metodologia estatística para lidar com o desenho avaliativo dos testes e a análise dos resultados, sendo possível, a partir de então, compreender o nível de aprendizagem dos estudantes através de níveis de desempenho padrão. Vale salientar que houve, também, a terceirização da aplicação dos testes, facilitando a logística para o INEP, desde a distribuição e aplicação da prova, como também a aplicação dos questionários para professores, alunos, diretores e escolas. Esses questionários foram fundamentais para compreender, pela primeira vez, as questões socioeconômicas dos alunos.

Em 2005, foi incorporada ao SAEB a Prova Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil, na qual se começou a avaliar, em caráter censitário, as escolas públicas que ofertam os 5º e 9º ano do Ensino Fundamental para todas as escolas públicas com o número mínimo de 30 alunos matriculados nas etapas citadas. Posteriormente, esse número passou para 20 alunos matriculados; e, desde 2017, o número mínimo é de 10 alunos para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Por meio da Portaria Nº 482, de 7 de junho de 2013, foi agregado ao SAEB a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada aos alunos do 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, visava a aferir o nível de alfabetização dos alunos, de caráter censitária as escolas públicas e amostral para as escolas particulares. Essa avaliação ocorreu no ano de 2013, e a segunda e última aplicação ocorreu em 2016.

Na edição do SAEB de 2017, por meio da Portaria nº 569 de 19 de abril de 2017, o ensino médio das escolas públicas entrou na avaliação da ANRESC, ou seja, a prova tornou-se censitária para as escolas que possuíam 10 ou mais alunos matriculados nesta etapa. A partir desta edição, foram disponibilizados os resultados para as escolas públicas que cumpriram os critérios estabelecidos pelo INEP. Através da Portaria Nº 366 de 29 de abril de 2019, foi unificada a nomenclatura SAEB; desta maneira, extinguindo as demais - ANEB, ANRESC.

O SAEB permanece censitário para as escolas públicas com 10 ou mais alunos matriculados nas etapas do 5º e 9º do Ensino Fundamental, e 3ª ou 4ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Além disso, continuou amostral para as escolas particulares que ofertam o 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3ª e 4ª série do ensino médio, com o critério de possuir mais de 10 alunos matriculados na escola.

Foram incorporadas ao SAEB as avaliações da Educação Infantil, creche e pré-escola, em nível amostral. A avaliação ocorreu por meio da aplicação de um questionário online para os professores, para os gestores escolares e gestores públicos. Foi incorporada ao SAEB a avaliação do 2º Ano do Ensino Fundamental, em nível amostral, incidindo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Foram aplicados testes cognitivos de ciências da natureza e ciências humanas para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental; de forma amostral. Assim sendo, essas modificações demonstram que o SAEB foi englobando mais etapas e áreas avaliadas desde suas edições anteriores.

Em 2007, a Prova Brasil tornou-se um grande diferencial para a educação, no que diz respeito à criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um indicador sintético composto por dois indicadores de extrema importância para medir a qualidade educacional, em aspectos como as taxas de aprovação escolar - obtidas por meio do Censo Escolar, bem como as médias de desempenho. “[...] Assim, para que IDEB de uma escola ou rede pública cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula” (FONTANIVE, 2013, p. 90). Associados a outros indicadores contextuais, o IDEB pode ajudar os gestores públicos a desenvolverem políticas mais assertivas para a oferta de uma educação de qualidade.

O cálculo do IDEB é feito a partir de informações obtidas junto ao Censo Escolar, referentes ao ano de aplicação do SAEB. De acordo com Fernandes (2007, p. 5), o diferencial do IDEB está na combinação de informações sobre o rendimento escolar (representado pelas taxas de aprovação) e o desempenho em exame padronizado; o que nem sempre é considerado em análises sobre qualidade educacional, embora sejam complementares. Por isso, antes de iniciar qualquer estudo referente ao IDEB, é preciso ter em mente que:

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por um sistema em que todos os estudantes concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os estudantes aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. (FERNANDES, 2007, p. 5).

As escolas públicas que participam da avaliação do SAEB, além de terem os seus resultados individuais do IDEB, recebem um boletim com os percentuais de alunos por nível, na escala de proficiência². As informações são prestadas pelo Censo Escolar e

² A escala de proficiência tem o objetivo de traduzir medidas de proficiência em diagnósticos qualitativos do desempenho escolar; podem ser observados, numa escala numérica de 0 a 500, com intervalos divididos em faixas de 25 pontos. Cada intervalo corresponde a um nível, e, por sua vez, um conjunto de níveis forma um padrão de desempenho. Os níveis compõem, de forma

também são fornecidas pelos indicadores, que, por sua vez, são alimentados pelos resultados dos questionários respondidos por alunos, professores e gestores escolares, no dia da aplicação. O leque de informações e dados obtidos, posteriormente, se distribuem por itens, como: complexidade de gestão, regularidade docente, adequação docente, nível socioeconômico dos alunos, entre outros indicadores destinados à contextualização do desempenho da escola. As mesmas ainda têm acesso às taxas de aprovação, reprovação, distorção idade versus série e de abandono.

Na trajetória histórica catarinense, referente às aplicações das avaliações do SAEB, o estado vem participando das suas edições desde 1995, conforme podemos observar na tabela 1 o número de escolas participantes por rede de ensino até os anos 2017, último ano.

Tabela 1 - Número de escolas participantes do SAEB de 1995 a 2017

ANO	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Federal	Rede Privada	Total
1995	55	11	-	3	69
1997	25	24	-	15	64
1999	77	68	-	90	235
2003	97	97	1	61	256
2011	880	941	1	-	1822
2013	882	1030	6	73	1994
2015	796	1025	1	74	1896
2017	969	1367	22	66	2424

Fonte: INEP/MEC/SED.

O aumento de 1997 para 1999 se deve à ampliação da amostra por parte do INEP, o que repercutiu no número de escolas participantes no estado. Nas edições especificamente de 2001 e 2005, o banco de dados fornecido pelo INEP (onde está localizada a unidade federativa) não é legível, ou seja, nos microdados fornecidos pelo INEP e disponibilizados na página do INEP na seção de dados abertos para consulta pública, não há a especificação na legenda do estado a que os dados divulgados se referem, impossibilitando o levantamento de dados das referidas edições. A mesma situação ocorre nas edições de 2007 e 2009, respectivamente, pois não há divulgação do INEP dos microdados desse período, referentes aos resultados do SAEB. De 2015 para 2017, o aumento de escolas participantes se deve ao fato de que houve a inclusão da 3^a/4^a série do ensino médio na parte censitária.

A edição de 2019 ainda não teve os microdados divulgados para análise do quantitativo geral de Santa Catarina; bem como o quantitativo por cada dependência administrativa. Os dados disponíveis do estado foram apresentados no painel educacional do INEP, com as seguintes informações nas etapas avaliadas, em relação à rede estadual:

- a) Anos iniciais do ensino fundamental: 599 escolas;
- b) Anos finais do ensino fundamental: 832 escolas;
- c) No ensino médio: 687 escolas.

As escolas acima mencionadas entraram no público-alvo do SAEB. Vale salientar que não entram no público-alvo as escolas, classes ou serviços especializados de Educação Especial não integrantes do ensino regular: com menos de 10 estudantes matriculados nas etapas avaliadas; com turmas multisseriadas; turmas de correção de fluxo; com turmas de Educação de Jovens e Adultos; com turmas de Ensino Médio

sucinta, um quadro geral das tarefas que os alunos são capazes de fazer e aquelas que ainda precisam ser desenvolvidas, a partir do conjunto de habilidades que desenvolveram.

Normal/Magistério; e as escolas indígenas que não ministram a Língua Portuguesa como primeira língua.

O aumento de participação no decorrer das edições mencionadas na tabela 1 acompanhou as reestruturações ocorridas no SAEB, em termos de critérios de participação em que as amostras das escolas foram ampliadas. Em 2005, ocorreu a implantação da parte censitária (Prova Brasil) para as escolas públicas nos anos do 5º e 9º ano do ensino fundamental.

O monitoramento e a coordenação das avaliações de larga escala em termos de gestão estadual ficam a cargo da SED, que, em conjunto com as 36 regionais de educação, orientam os 6.379 estabelecimentos de ensino, distribuídos entre as escolas da rede privada, municipal e federal. As regionais disseminam as informações do INEP a fim de orientar as escolas quanto às avaliações do SAEB. Neste sentido, torna-se importante que o órgão central e as regionais atuem articuladamente para que os critérios de divulgação dos resultados das escolas sejam atendidos.

Tabela 2 - Número de Escolas por Dependência Administrativa em Território Catarinense (2019)

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Estadual	1.274
Municipal	3.864
Federal	39
Privada	1.202
TOTAL	6.379

Fonte: INEP - sinopse estatística da educação básica de 2019.

O quantitativo de 6.379 escolas atende a uma população de 7.252.500 habitantes, com renda *per capita* de R\$ 1.769,45 (no ano de 2019). Entre as unidades da federação, Santa Catarina apresenta a 5ª maior renda do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Considerando o contexto apresentado, dentro das 6.379, as escolas públicas catarinenses entram na parte censitária do SAEB, quando se encontram no público-alvo da edição da avaliação. Já a rede privada entra na parte amostral.

A participação do estado nas edições do SAEB e, principalmente, a partir da edição de 2007 com a criação do IDEB, teve a sua trajetória histórica. A seguir, discorre-se sobre o desempenho na trajetória histórica do IDEB da rede estadual de Santa Catarina e da rede estadual do Brasil.

Tabela 3: IDEB da rede estadual no Brasil e da rede estadual em Santa Catarina - 2005 a 2019

IDEB Observado								
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Anos Iniciais do Ensino Fundamental								
Brasil	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	5,8	6,0	6,1
Santa Catarina	4,3	4,7	5,0	5,7	5,7	5,9	6,0	5,9

Anos Finais do Ensino Fundamental								
Brasil	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	4,2	4,5	4,7
Santa Catarina	4,1	4,1	4,2	4,7	4,1	4,7	4,8	4,5
Ensino Médio								
Brasil	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,9
Santa Catarina	3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,4	3,6	3,8

Fonte: INEP/MEC/SED.

A rede estadual de ensino de Santa Catarina apresentou índices igual e superior aos da média do Brasil até a edição de 2017, nos anos iniciais do ensino fundamental, ao longo da série histórica do IDEB. Em 2019, ocorreu uma queda do indicador da rede estadual, que ficou abaixo da média nacional, nesta etapa, ou seja, de 5,9.

Na etapa dos anos finais, a rede estadual manteve o indicador acima da média do Brasil até 2017. Em 2019, sofreu uma queda do índice, em comparação ao desempenho nacional, obteve 4,5, e a média do Brasil ficou em 4,7. Na etapa do ensino médio, a rede manteve o indicador acima da média do Brasil até o ano de 2013. Na edição de 2015, sofreu uma queda em relação à edição anterior. Em 2019, ficou abaixo da média nacional, ou seja, 3,8; enquanto a média do Brasil ficou em 3,9.

Os resultados obtidos nas três etapas avaliadas da rede de ensino estadual, ocorridas no ano de 2019, em comparação aos da média nacional, destacam-se, principalmente, quando se observa que tiveram queda na mesma edição (salvo a etapa do ensino médio que também teve queda no ano de 2015). A coincidência da queda do indicador das três etapas, na edição de 2019, sugere estudo da própria rede de ensino sobre os fatores envolvidos, ou seja, identificar dentro do contexto do cálculo do IDEB se o que proporcionou a queda do indicador está relacionado ao fluxo escolar, ou ao próprio desempenho nas avaliações do SAEB.

Para obter os resultados do IDEB, a escola necessita cumprir os critérios estabelecidos pelo INEP quanto às aplicações das avaliações do SAEB e, com isso, ter os seus resultados divulgados.

A não divulgação dos resultados das escolas que não cumpriram os critérios não afeta o cálculo do IDEB para a rede à qual as escolas pertencem. Estas não saberão o seu índice, mas o resultado será utilizado para o cômputo geral da rede. Com os resultados divulgados, as escolas poderão promover estudos sobre os avanços e/ou quedas no indicador, como também ações no planejamento escolar para melhorar as lacunas no percurso formativo dos alunos; ações estas que contribuem na melhoria do desempenho da escola, nas avaliações de larga escala, em termos gerais, e, especificamente, no SAEB. Foi através do SAEB, em sua avaliação censitária, que o IDEB se configurou em importante ferramenta, entre outras, para o estabelecimento de políticas voltadas à qualidade do ensino ofertado.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS DE APLICAÇÃO DO SAEB: EDIÇÕES DE 2015, 2017 E 2019

As escolas que participam das avaliações do SAEB, na parte censitária, e cumprem os critérios têm os resultados divulgados por meio de boletins e em painéis

gerenciados pelo instituto. As edições do SAEB 2015, 2017 e 2019, escolhidas para o referido trabalho, podem suscitar ponderações em virtude de alterações ocorridas nos critérios de divulgação de resultados.

De acordo com a Portaria do INEP (Nº174, de 13 de maio de 2015), para a escola participar do público-alvo da avaliação censitária, que, em 2015, era no 5º e 9º ano do ensino fundamental, a escola deveria ter 20 alunos ou mais matriculados na etapa. Para ter a divulgação dos resultados, a escola deveria cumprir o critério de 80% de frequência na etapa avaliada.

Para a edição de 2017, ocorreram alterações nos critérios de participação e divulgação, por meio da Portaria do INEP (Nº447, de 24 de maio de 2017). Para participarem das avaliações censitárias, no público-alvo do SAEB (5º, 9º ano do ensino fundamental e 3ª ou 4ª série do ensino médio), a escola deve ter 10 alunos ou mais, matriculados na etapa avaliada. Para ter os resultados divulgados, a escola deve cumprir dois critérios, a partir desta edição, ou seja: no dia da aplicação, no mínimo 10 alunos presentes, e alcançar a taxa de participação de no mínimo 80% na etapa avaliada. O número de alunos por etapa e por sala são os declarados pela escola no Censo Escolar, no ano da aplicação das avaliações.

No SAEB de 2019, a Portaria do INEP (Nº366 de 29 de abril de 2019), regulamentou a aplicação da prova. Os critérios de participação e divulgação de seus resultados, na forma de boletim, bem como o resultado do IDEB, permaneceram os mesmos da edição de 2017. Eles não remetem apenas à divulgação de dados da escola, mas à obtenção de uma amostra significativa e válida da etapa avaliada para que se obtenha um recorte da realidade o mais fidedigna possível. Conforme Nigel Brooke³, não se pode divulgar dados que não reflitam a realidade avaliada.

O número de alunos presentes no dia de aplicação obviamente não pode ficar aquém de um percentual mínimo ou senão o resultado daquela turma não vai ser o reflexo fidedigno ou real do conjunto dos alunos. Você tem que ter um percentual mínimo presente no dia da aplicação para poder confiar nos resultados da Avaliação; e por isto, você vê pela tabela que um número grande de escolas não tiveram os seus resultados divulgados, pois o número de alunos presentes no dia da aplicação não foi o suficiente para alcançar aquele percentual mínimo. No caso, no caso de escolas de Ensino Médio, por exemplo, menos de 50% de escolas tiveram os seus resultados divulgados. Então, esse é um problema... Às vezes, eu acho que o SAEB é muito leniente, aceitam um percentual bastante baixo, que poderia ser mais alto. Mas existe este critério e obviamente você não pode ficar divulgando dados se você só mediu a aprendizagem de meia dúzia de alunos de uma turma de trinta ou quarenta. (BROOKE, locução, 2019).

Os critérios estabelecidos pelo INEP para a divulgação dos resultados devem-se ao quesito estatístico válido para uma amostra significativa a fim de que a análise de dados seja consistente; têm por princípio uma participação significativa da população avaliada. Nesse sentido, o objeto de estudo e de relevância em epígrafe incide no número de escolas que cumpriram os critérios e tiveram os resultados divulgados nas três edições do SAEB, na rede estadual de ensino, na etapa dos anos finais do ensino fundamental em Santa Catarina, em análise aos números apontados.

³ COMENTÁRIOS dos textos de leitura obrigatória da 2ª quinzena. [Locução de]: Nigel Brooke. [S.l.]: CAEd, [2019]. Podcast. Disponível em: <https://especializacao.caeddigital.net/mdl/mod/page/view.php?id=64>. Acesso em: 01 dez. 2020.

Para fazer uso dos resultados das avaliações, inicialmente, é preciso tê-los divulgados, e esse é um desafio corrente: aumentar o percentual de escolas com os resultados divulgados, ou seja, que, no dia da aplicação, cumpram os critérios estabelecidos pelo INEP de 80% de participação dos alunos na etapa avaliada e, no mínimo, 10 alunos frequentes na sala no dia da aplicação.

A SED procurou promover ações para que os gestores das escolas estaduais alcançassem melhor entendimento sobre as avaliações do SAEB e sobre a importância de participação da escola na Prova Brasil, bem como melhor compreensão sobre os critérios estabelecidos pelo INEP para terem os resultados das suas escolas divulgados.

A partir de 2014, em sua reestruturação administrativa, a SED criou a Gerência de avaliação da Educação Básica e Estatísticas Educacionais, situada na Diretoria de Políticas e Planejamento. A Gerência tornou-se responsável pela coordenação das pastas do Censo Escolar, Estatísticas e das Avaliações de Larga Escala.

Entre os anos de 2014 e 2015, a SED lançou uma série de duas publicações para orientar os gestores sobre as Avaliações, os Exames e seus possíveis usos na gestão escolar. Publicações, estas, distribuídas em algumas escolas e disponibilizadas *on-line* no site da SED. No ano de 2016, iniciou-se o trabalho de elaboração de uma terceira publicação voltada a auxiliar os gestores para a realização da autoavaliação, utilizando-se também os indicadores das avaliações de larga escala. No ano de 2018, a SED teve alterações internas relativas à gestão, e a pasta da avaliação da educação básica passou para outra diretoria.

Em 2019, com a mudança de governo e de gestão, a pasta das avaliações de larga escala voltou à Diretoria de Políticas e Planejamento, na Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas. As ações de planejamento foram retomadas; no mesmo ano, ocorreu a aplicação do SAEB; em 2020, foram publicados os resultados. A pandemia limitou a promoção de formações continuadas aos gestores, inclusive, sobre as avaliações de larga escala.

O setor à frente das avaliações, na SED, estabeleceu como uma de suas prioridades a verificação do número de escolas que tiveram os resultados divulgados, a cada edição do SAEB, a partir de 2015; e, assim, implementar políticas voltadas à realidade das escolas, condizentes com o planejamento de ações e suas necessidades. Como também estabelecer a necessidade de identificar os avanços e/ou dificuldades na trajetória histórica das avaliações do SAEB. No entanto, para que esta verificação seja possível, faz-se necessário que a escola tenha os resultados do SAEB publicados, pois, mesmo a SED tendo acesso aos microdados fornecidos pelo INEP sobre a edição estudada, quando a escola não cumpre os critérios, as informações não aparecem no banco de dados; o que dificulta aos técnicos e gestores promoverem estudos fidedignos sobre o público avaliado.

A estruturação do processo avaliativo, em termos de avaliações de larga escala, por parte da SED, a partir de 2014, levou a uma compilação de informações e de averiguações que suscitaram questionamentos, desde que as edições passaram a ser coordenadas por esta pasta.

A tabela 4 representa, a seguir, o panorama que envolve o número de escolas estaduais, as quais atendem a etapa dos anos finais do ensino fundamental, participantes do SAEB nas edições de 2013, 2015, 2017 e 2019; contendo o quantitativo e o percentual dos resultados divulgados. A edição de 2013 aparece pela necessidade de explicar a alteração de critério, ocorrida em 2015.

Tabela 4 - Número de escolas estaduais que ofertam a etapa final do ensino fundamental com os resultados divulgados do SAEB nas edições de 2013 a 2019

ANOS DE APLICAÇÃO	Nº de Escolas Participantes	Nº de Escolas com os resultados divulgados	%
2013	840	837	99,64
2015	730	572	78,36
2017	853	578	67,76
2019	832	581	69,83

Fonte: Microdados do INEP (2013, 2017) e Relatórios do INEP (2020)

Na edição de 2015, a rede estadual apresentou um percentual de 78,36% de escolas que tiveram os resultados divulgados. Em comparação aos dados de 2013, em que a rede estadual, com 840 escolas participantes, teve 837 com os resultados divulgados, ou seja, um percentual de 99,64%, houve uma queda de 21,28% de escolas com os resultados divulgados. No entanto, de 2013 para 2015, ocorreu a alteração de critério de divulgação dos resultados, por parte do INEP, de 50% para 80% de participação na etapa avaliada; o que repercutiu no quantitativo de escolas com os resultados divulgados no ano subsequente de aplicação do SAEB.

Na tabela 4, percebe-se, ainda, que, entre a edição de 2015 e a edição de 2017, ocorreu um aumento de 123 escolas estaduais a ofertarem a etapa final dos anos finais do ensino fundamental, na rede estadual de ensino. De acordo com os dados do Censo da Educação Básica, de 2015 a 2017, ocorreu um aumento de 665 matrículas nas referidas etapas, nas escolas da rede estadual; e desta forma, mais escolas conseguiram fazer parte do público-alvo das avaliações do SAEB.

Na edição do SAEB de 2017, observa-se uma queda de 10,6% no número de escolas que tiveram os resultados divulgados - de 78,36%, em 2015, para 67,76%. Os critérios para divulgação dos resultados do INEP, na edição de 2017 (DOU. MEC: INEP, 2017, Art. 17, p. 01), sofreram alterações em comparação aos critérios de 2015, ou seja, a escola, além de cumprir os 80% de participação dos alunos por etapa avaliada, passou a ter de cumprir também o critério de 10 alunos frequentes na sala de aula, no dia da avaliação.

Observa-se, também, na tabela 4, um aumento de 2,07% no percentual de escolas que tiveram os resultados divulgados, comparados à edição de 2017. No entanto, encontra-se distante do resultado obtido na edição de 2015 (78,36%). Vale destacar, porém, as mudanças de critérios ao longo das três edições, que podem ter impactado nos resultados das edições alvos desta análise.

Tendo em vista os resultados das três edições, dentre o percentual de escolas com os resultados divulgados, a edição de 2015 apresentou o melhor resultado. Entretanto, observou-se que, nas edições de 2017 e 2019, aumentaram as escolas participantes do público-alvo do SAEB, na etapa. Mesmo assim, o número de escolas com os resultados divulgados permaneceu entre 572, 578 e 581, ou seja, uma diferença de 6 a 9 escolas.

Considerando a repercussão acima mencionada, no quantitativo de escolas com os resultados divulgados, cabe mencionar, de um modo geral, as ações realizadas pela SED durante as edições analisadas. Em 2014, lançou-se o caderno “As Avaliações de Larga Escala e Suas Contribuições para o Processo de Ensino e Aprendizagem”. O caderno contém um breve histórico, abordando as características principais das avaliações de larga escala, aplicadas em território nacional; seus pontos fortes e aqueles que requerem reflexão, no tocante a sua viabilização em território catarinense; bem

como a amplitude de contribuições de seus resultados, em termos práticos. Em suma, os tópicos foram organizados de maneira a destacar a importância de elaborar indicadores educacionais fidedignos, a partir dos resultados obtidos em Santa Catarina.

Foram distribuídas edições impressas, e o caderno ficou disponível no site da SED. Realizaram-se webconferências com os gestores escolares e técnicos das 36 regionais sobre o caderno e também para prepará-los a fim de realizarem a edição do SAEB/2015; nas quais foram trabalhados o calendário de aplicação e os critérios estabelecidos pelo INEP para que a escola tenha os resultados divulgados.

Após a divulgação dos resultados do SAEB 2015, que ocorreu no ano de 2016, os resultados gerais do estado foram apresentados em webconferência e disponibilizados para cada regional repassar às escolas de sua abrangência. No ano de 2016, foi realizado um ciclo de capacitações com os gestores escolares e técnicos das 36 regionais de educação, promovido pela diretoria de ensino da SED sob a coordenação do Sistema de Avaliação da Gestão Escolar (SAGE), no qual, além de ter trabalhado questões abrangentes do SAEB, abordou a importância de cumprir os critérios para a escola ter os seus resultados divulgados.

Em 2017, os gestores escolares e técnicos das 36 regionais de educação receberam orientações por meio de webconferências sobre o calendário da referida edição, sobre os critérios estabelecidos pelo INEP para o público-alvo e os critérios que a escola tem que cumprir para ter os resultados divulgados. Além disso, foi abordada a importância dos indicadores resultantes dessas avaliações no desenvolvimento de políticas públicas educacionais. Não houve capacitação presencial aos gestores escolares e técnicos das 36 regionais.

Na época de divulgação dos resultados do SAEB 2017, que ocorreu em 2018, a SED realizou alterações na estrutura interna de algumas de suas diretorias. Uma delas cuidava da pasta das avaliações de larga escala, que, desde o ano de 2014, estava submetida à Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais, sob a coordenação da Gerência de Avaliação e Estatísticas Educacionais. A pasta foi transferida para a Diretoria de Tecnologias.

Em 2019, a pasta da avaliação retornou para a Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais, coordenada pela Gerência de Avaliação da Educação Básica e Estatísticas. Foi realizada webconferência para os gestores escolares e técnicos das 36 regionais de educação, sobre a importância das avaliações de larga escala e os critérios que a escola deve cumprir para ter os resultados divulgados. Também foi institucionalizado por meio da Portaria N° 671 de 25/04/2019, publicada no DOESC N° 21.004 de 29/04/2019, o papel estratégico do interlocutor regional das avaliações em cada uma das 36 regionais de educação. Disponibilizou-se, no mesmo ano, a plataforma de aprendizagem (AVA), com o objetivo de orientar, divulgar e facilitar o repasse de informações sobre as avaliações. Os interlocutores regionais foram orientados sobre o tema avaliação e os critérios de divulgação de resultados das escolas, nas capacitações realizadas pelo Censo Escolar, em 2019.

Os resultados do SAEB 2019 foram divulgados no ano de 2020. Ano atípico devido à pandemia da Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11/03/2020. No entanto, a SED promoveu reuniões online com as secretarias municipais e com os interlocutores regionais das 36 regionais de educação, a fim de efetuar o repasse dos resultados obtidos pelo estado, na edição do SAEB 2019.

A média extraída, proveniente do cálculo do número de escolas participantes e escolas divulgadas, nas três edições, revela que cerca de 200 escolas não tiveram os resultados divulgados. Contexto que sugere um estudo futuro sobre se existe recorrência de escolas que permanecem sem os seus resultados divulgados nas três edições, identificando-as para análises diagnósticas futuras.

Os resultados das edições de 2017 e 2019 chamam a atenção porque, apesar de os gestores terem sido previamente capacitados, recebido a publicação supracitada, bem como as orientações a respeito dos critérios de divulgação de resultados, percebe-se a sua queda em 2017. Em contrapartida, ocorreu um aumento inexpressivo em 2019, o que enseja um estudo sobre os fatores contextuais que possam estar interferindo para que a escola não cumpra os critérios estabelecidos pelo INEP.

Comunicações entre a SED, as 36 regionais e, por conseguinte, os gestores escolares dão conta de que entre tais fatores está o calendário de aplicação das provas, estabelecido pelo INEP, que normalmente ocorre no final do ano letivo. O que torna de difícil execução a aplicação do SAEB, pois o cumprimento dos dias letivos não se resume ao aluno estar em sala de aula, ou seja, existem outras ações planejadas no calendário da própria escola que se chocam com as datas da avaliação.

Há que se considerar o próprio contexto em que a escola está inserida, mas que não depende dela, como variáveis intervenientes que atuam sobre o período de aplicação. Por exemplo: acidentes, greves de ônibus, entre outros. E por todas as questões levantadas, faz-se necessário que se desenvolva um ou mais instrumentos específicos para verificar os fatores que dificultam o cumprimento dos critérios por parte da escola.

Além disso, é importante e necessário monitorar se as políticas e ações desenvolvidas para auxiliar o gestor a assimilar os critérios de participação no SAEB estão contribuindo para que as escolas consigam ter os seus resultados divulgados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, as avaliações de larga escala no Brasil e, mais especificamente, em Santa Catarina passaram por alterações de critérios de aplicação, participação e divulgação de resultados, o que impactou tanto na amostra e público-alvo, quanto nos dados disponibilizados para consulta. Em relação à divulgação de resultados disponibilizados para consulta, verificou-se a importância de que as escolas cumpram os critérios, a fim de que os dados possam cumprir o papel de instrumento de auxílio na prática escolar cotidiana. Mas não somente para que forneçam informações mais precisas para que os cientistas educacionais possam aferir sobre a qualidade educacional e tecer conjecturas, além de propor ações. A mesma análise vale para as instituições responsáveis tanto pelas aplicações das avaliações, como os órgãos responsáveis pelas diretrizes educacionais, em seu território, no caso, em Santa Catarina, as Secretarias de Educação do Estado e do Município.

Foi pontuado que o cálculo do IDEB, obtido junto ao Censo Escolar, é baseado sobre o ano de aplicação do SAEB. Portanto, a combinação de informações sobre o fluxo escolar e o desempenho no SAEB precisa ter o resultado publicado, para que o cálculo seja o mais adequado possível – considerando, naturalmente, as margens de erro. As informações do Censo Escolar sempre saem em portaria, pois os dados irão repercutir em inúmeros programas, tais como Livro Didático, Alimentação Escolar, que são programas federais.

A rede estadual de ensino de Santa Catarina, na etapa final do ensino fundamental, teve uma queda na divulgação de seus resultados no SAEB, nos quais ocorreram fatores contextuais mencionados no decorrer deste trabalho – mudanças de critérios na divulgação de resultados, entre outros, que podem ter afetado diretamente nos números apresentados. Em relação aos fatores contextuais, não houve medidas de monitoramento sobre as situações que podem dar conta das razões para que tal ocorresse.

A fim de que o cômputo geral de resultados divulgados seja sucessivamente melhorado, faz-se necessário investir em monitoramento dos fatores que contribuem

para a escola conseguir, ou não, cumprir os critérios para divulgação de seus resultados. Assim, o órgão central pode promover ações mais assertivas junto às escolas para aumentar o percentual de resultados divulgados.

Os gestores escolares e os técnicos das 36 regionais de educação foram capacitados, orientados, tiveram documentos norteadores, e, mesmo assim, a melhoria dos números de divulgação foi inexpressiva. Em 2015, o melhor desempenho, em termos de percentual de divulgação de resultados, foi 78,36%. Em 2017, diminuiu para 67,76%; e, em 2019, subiu para 69,83%.

As variações envolvidas no número de escolas participantes - que no ano de 2015 foi de 572, no ano de 2017, foi de 578, e, no ano de 2019, foi de 581 - não incidiram sobre o número de escolas com os resultados divulgados. Ou seja, a ampliação da participação não acarretou, necessariamente, o aumento de divulgação, o que demonstra a importância de refletir sobre os fatores contextuais.

Muitas questões podem estar envolvidas, tais como a capilaridade dos órgãos descentralizados que atuam em conjunto, o fluxo de informações e comunicações entre a SED e a escola. Isso sugere a importância das ferramentas de monitoramento, junto aos gestores escolares sobre a eficácia das informações e orientações repassadas pelo órgão central e as 36 regionais de ensino.

Outra questão envolve as alterações dos critérios estabelecidos pelo INEP, no decorrer das edições do SAEB, para que as escolas cumpram e tenham, assim, os seus resultados divulgados. Muitos gestores enfrentam dificuldade em entender estas alterações, o que pode afetar o investimento em ações oportunas durante as aplicações das avaliações.

Outro fator que pode contribuir para o não cumprimento dos critérios para a divulgação dos resultados é o calendário das aplicações. Geralmente, ocorrem no final do ano, no final do mês de novembro, o que pode impactar o calendário escolar. Muitas escolas programam atividades extraclasse no mesmo período, dificultando conciliar com a aplicação do SAEB. Além de a escola ter que adequar os referidos calendários, muitas ainda têm que conciliar a irregularidade de gestores e professores, em seu quadro de pessoal. Assim, a irregularidade desses profissionais pode interferir no cumprimento dos compromissos assumidos junto aos programas federais e ao próprio INEP, ensejando um estudo futuro, pois a interrupção dos trabalhos provocada pela ausência, mesmo que temporária, dos professores e dos gestores escolares obriga a escola a recomençar os planejamentos e iniciar ações necessárias para acomodar os efeitos provocados por tais irregularidades, em suas atividades internas. A escola deixa, portanto, de investir em outras ações, entre elas, o cumprimento dos critérios do INEP para ter os seus resultados divulgados.

Os resultados das avaliações de larga escala, muitas vezes, não são entendidos pelos gestores escolares e educadores. De acordo com Fontanive (2013, p. 97), os professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares apresentam dificuldades em integrar os resultados das avaliações de larga escala à prática pedagógica cotidiana. Isto pode estar relacionado à necessidade de formação continuada dos profissionais que atuam na escola, responsáveis em dar continuidade ao planejamento escolar, às aplicações das avaliações de larga escala e ao aproveitamento dos resultados obtidos pela instituição. Depreende-se que a continuidade do planejamento escolar, incorporando os resultados obtidos pela escola e seus possíveis usos, acaba comprometida pela baixa regularidade dos professores e gestores na escola, ou seja, a rotatividade desses profissionais acaba tornando-se um fator que pode comprometer não só o desempenho da escola nas avaliações de larga escala, como também o cumprimento dos critérios para divulgação de resultados.

Os gestores públicos e escolares, professores e técnicos responsáveis em disseminar as informações sobre as avaliações para a sua rede de ensino necessitam

receber formação continuada sobre os critérios para a divulgação dos resultados e uso dos indicadores dessas avaliações, para que os dados estatísticos, provenientes dessas, tornem-se compreensíveis numa determinada realidade. No entanto, o entendimento estratégico, por parte dos gestores, educadores e técnicos atuantes nos órgãos centrais, a respeito dos resultados do SAEB, necessita de investimento nas políticas públicas voltadas à formação continuada desses profissionais.

Nesse sentido, as formações continuadas se fazem necessárias não somente para os gestores escolares, professores e coordenadores pedagógicos das escolas, como também para os gestores públicos que atuam nas frentes da orientação e disseminação das informações das avaliações de larga escala, formuladas pelo INEP. Assim, os gestores poderão desenvolver ferramentas adequadas para monitorar a eficácia das políticas implementadas para ampliar o número de escolas com os resultados divulgados. Assim, de posse dos resultados divulgados, os gestores públicos e escolares poderão fazer uso desses indicadores no seu planejamento.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE. O. Desafios da Avaliação Educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. **Cadernos CENPEC**. São Paulo, v.3, nº 1, p.135-153, jun. 2013.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: Interfaces com o currículo da/na escola. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, nº 2, p. 73-388, abr./jun. 2012.
- BRASIL. **Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=10/06/2013&pagina=17>>. Acesso em: 03 jan. 2020.
- BRASIL. **Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017**. Estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2017. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=25/05/2017&pagina=21>>. Acesso em: 03 jan. 2020.
- BRASIL. **Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/05/2019&jornal=515&pagina=47>>. Acesso em: 03 jan. 2020.
- BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 85-92.
- COMENTÁRIOS dos textos de leitura obrigatória da 2ª quinzena. [Locução de]: Nigel Brooke. [S.l.]: CAEd, [2019]. **Podcast**. Disponível em: <<https://especialização.caeddigital.net/mdl/mod/page/view.php?id=64>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

DESAMBIGUAÇÃO. In: **Dicio**: dicionário online de Português. Conceito de desambiguação. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desambiguacao/>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2007

FONTANIVE, N. S. A Divulgação dos Resultados das Avaliações dos Sistemas Escolares: limitações e Perspectivas. **Ensaio**: Avaliação de políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 83-100, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n78/aop_0413.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FREITAS, D.N.T. de. Avaliação da Educação Básica no Brasil: características e pressupostos. In: BAUER, A., GATTI, B., TAVARES, M., (Orgs.). **Vinte e cinco de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: origem e pressupostos. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 70-85.

OLIVEIRA, A. C. P. de; WALDHELM, A. P. S. **Liderança do diretor, clima escolar e desempenho dos alunos**: qual a relação? *Ensaio: aval.pol públ.Educ.* [online]. 2016, vol.24, n.93, p.824-844. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000400003>.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **As Avaliações em larga escala e suas contribuições ao processo de ensino e aprendizagem**. Florianópolis: SED, 2014.